

IX REUNIÃO DOS DIRECTORES GERAIS DE ESTATÍSTICA DOS PALOP, PORTUGAL E MACAU

(Lisboa, 15 a 17 de Abril de 1998)

ACTA

A IX Reunião dos Directores Gerais de Estatística dos Países Africanos de Língua Portuguesa, de Portugal e do Território de Macau, teve início na manhã do dia 15 de Abril de 1998, na Sede do Instituto Nacional de Estatística, em Lisboa.

As sessões de trabalho prolongaram-se durante os dias 15, 16 e 17 de Abril.

A lista de participantes encontra-se em anexo à presente Acta.

1. Abertura da Sessão

Presidiu à Sessão de Abertura o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Dr. Luís Amado, nela tendo também participado o Secretário Executivo Adjunto da CPLP, Dr. Rafael Branco, o Vice-Presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, Dr. António Dias, a Presidente do Fundo para a Cooperação Económica, Dra Isabel Pinto Correia, e embaixadores dos Estados Membros da CPLP ou seus representantes. Foi feita uma saudação de boas vindas pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, Eng^o Carlos Corrêa Gago, e feitas intervenções pelos drs. Rafael Branco e António Dias. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação concluiu a Sessão de Abertura expondo as grandes orientações políticas da cooperação portuguesa e enfatizando o papel estruturante da estatística no desenvolvimento da cooperação com os PALOP.

2. Aprovação da Ordem de Trabalhos

Foi aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura da Sessão com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

2. Aprovação da Ordem de Trabalhos
 3. Aprovação da Acta da VIII Reunião dos DGINE
 4. Informações gerais sobre os INE e as Associações de apoio à Estatística
 5. Cooperação Estatística no quadro da CPLP - Conferência de Lisboa
 - a) Informações e ponto de situação sobre os trabalhos preparatórios da Conferência
 - b) Reflexão sobre possíveis conclusões da Conferência
 6. PIR-Lusófono: informações e balanço
 7. Projecto Estatístico do II PIR-PALOP 1998: situação actual e perspectivas
 8. Formação universitária de estaticistas africanos - Programa COMSTAT:
 - a) Balanço e conclusão do projecto
 - b) Perspectivas futuras
 9. Projectos Comuns da Cooperação Portuguesa
 - a) Estatísticas da Indústria e Construção
 - b) Ficheiros de Unidades Estatísticas (Empresas e Estabelecimentos)
 - c) Classificações, Conceitos e Nomenclaturas
 - d) Novo Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN-93)
 - e) Apreciação global e perspectivas para o futuro (1998 - 2000)
 10. Balanço da Cooperação bilateral e perspectivas:
 - a) Angola
 - b) Cabo Verde
 - c) Guiné-Bissau
 - d) Macau
 - e) Moçambique
 - f) S. Tomé e Príncipe
 - g) Síntese e perspectivas a médio prazo (1998 - 2000)
 11. EXPO-98: Dia da Cooperação Estatística
 12. Diversos
 13. Aprovação das Deliberações
 14. Encerramento
- 3. Aprovação da Acta da VIII Reunião dos DGINE**

A Acta da VIII Reunião dos DGINE foi aprovada.

4. Informações gerais sobre os INE e as Associações de apoio à Estatística

A Dra Maria Ferreira informou que a Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional de Angola já havia sido aprovada e que a mesma atribuía ao INE poderes acrescidos no domínio da coordenação estatística. Assinalou que se encontrava em fase de aprovação o novo estatuto orgânico, através do qual seriam criados dois lugares de Director Adjunto e novas unidades orgânicas, tendo referido o caso do Departamento de Conjuntura que já se encontrava em funcionamento.

Referiu ainda a existência, desde 1995, de uma associação de direito privado de apoio à estatística, o CED - Centro de Estudos para o Desenvolvimento -, com estatutos publicados no Jornal Oficial de Angola, cuja vocação é essencialmente a realização de estudos e investigação, bem como a promoção da formação. Referiu também que o CED tem apoiado o INE de Angola na realização de inquéritos e na elaboração de estudos.

O Dr. Edgar Pinto, na sua qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Estatística (CNE) de Cabo Verde, interveio para referir que se encontrava presente nesta reunião em substituição do Presidente do INE, Eng^o Francisco Tavares, que se excusava por não ter podido participar, tendo enviado contudo a posição escrita do INE daquele país.

Relativamente ao ponto em apreço, o Dr. Edgar Pinto informou que no quadro das reformas económicas em curso em Cabo Verde para a implementação de uma economia de mercado, tinha sido reformulada a Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional, aprovada em 1996, através da qual fora criado o CNE. Este iniciara funções em Janeiro de 1998 e já se havia reunido em Março, estando prevista uma segunda reunião para Maio deste ano.

Esclareceu que o CNE, consagrado na Lei como órgão superior de orientação e coordenação do Sistema Estatístico Nacional (SEN), não é um mero órgão consultivo, possuindo também uma natureza deliberativa. Assinalou que o CNE poderia promover a revisão da Lei do SEN, competindo-lhe também zelar pela observância da aplicação do segredo estatístico.

Precisou que o CNE é um órgão dotado de autonomia face ao Governo, tendo o seu Presidente sido nomeado pelo Conselho de Ministros.

Informou ainda que o novo INE, criado também em 1996 como órgão central do SEN, é dotado de autonomia técnica, financeira e patrimonial, exercendo funções de produção estatística e de coordenação técnica e metodológica. Referiu que se encontrava em curso a aprovação dos novos estatutos da instituição que previam a criação, junto do Presidente, de um organismo de gestão e de um Conselho científico e técnico. Acrescentou que se encontrava também em fase de aprovação o novo estatuto do pessoal.

Finalmente, referiu que o INE de Cabo Verde tinha já elaborado, com o apoio do INE de Portugal, as Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional até ao ano 2001 que deveriam ser enviadas brevemente ao CNE, para aprovação.

O Dr. Serifo Monteiro apresentou, em linhas gerais, a situação relativa à remodelação do Governo da Guiné-Bissau que colocou o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) na dependência da Direcção Geral de Previsão e Estatística tutelada pelo Ministério de Economia e Finanças.

Assinalou os atrasos consideráveis que se têm verificado ao nível da discussão e aprovação da nova Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional da Guiné-Bissau, e da conseqüente criação do novo INE, tendo apontado o mês de Maio de 1998 como data actualmente prevista para a concretização deste intento.

Referiu que a entrada da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) obrigava o INEC a elevar-se ao nível das instituições congéneres da sub-região, tendo todavia sublinhado as dificuldades provocadas pela enorme falta de meios e de quadros qualificados do Instituto que estavam na origem da escassa produção de estatísticas do INEC.

Assinalou ainda que o apoio da Comissão Europeia no quadro do Programa PARSTAT (“Programme Régional d’Appui Statistique à la Surveillance Multilaterale des pays de l’UEMOA”), permitiria a produção de estatísticas pontuais e a recuperação do atraso do INEC relativamente aos outros países da UEMOA.

O Dr. Dias Loureiro informou que o Regulamento da Lei do Sistema Estatístico Nacional de Moçambique tinha sido aprovado no corrente mês pelo Conselho de Ministros e que a actual Presidência do INE havia sido empossada em Abril do ano passado.

Referiu ainda que o INE, sob tutela do Conselho de Ministros, possuía autonomia técnica, administrativa e financeira, sendo dirigido por um Presidente e dois Vice-Presidentes, nomeados e empossados pelo Presidente da República, tendo o primeiro estatuto de Vice-Ministro e os segundos estatuto de Secretários de Estado.

Precisou também que o INE tinha assento no Conselho de Ministros como observador, tendo adiantado que se aguardava a designação do Ministro de Tutela que, provavelmente, viria a ser o Ministro do Plano e Finanças.

Assinalou que se encontrava em curso a revisão do Regulamento Interno que, a exemplo dos outros documentos sobre a legislação do SEN, havia tido a contribuição do INE de Portugal. Acrescentou que se encontrava também em fase de conclusão o Plano Operativo do INE para os anos 1998-2001.

Ao nível do Conselho Superior de Estatística (CSE), presidido pelo Primeiro Ministro, referiu que estava previsto o seu arranque efectivo para este ano, logo após designação dos respectivos vogais.

Quanto às operações estatísticas realizadas ou concluídas em 1997, o Dr. Dias Loureiro indicou as seguintes: o 2º Recenseamento Geral da População e Habitação; o Inquérito aos Agregados Familiares, do qual já existem relatórios, e um Inquérito Demográfico e de Saúde, cujos resultados serão divulgados aquando de um seminário que se encontra em preparação.

Relativamente a novas actividades previstas para 1998, passou a enunciar as seguintes: a preparação do primeiro Censo Agro-Pecuário, a realizar em 1999; o desenvolvimento de um processo de informação de conjuntura mais rico e coordenado; o alargamento do IPC a todo o país; o início da regionalização das estatísticas nas 11 províncias do país, com o objectivo de capacitar os órgãos delegados para a produção e difusão de estatísticas regionais, e finalmente a formação dos técnicos superiores que foram recrutados para as províncias.

O Dr. Peregrino da Costa tomou em seguida a palavra para enunciar o conjunto de acções desenvolvidas pela Direcção de Estatística de S. Tomé e Príncipe, desde que há cerca de ano e meio assumiu a gestão da mesma.

Uma das primeiras prioridades foi tentar desenvolver as Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional 1997-2001, acompanhada do processo de reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, para o qual a Direcção de Estatística contou com o apoio do INE de Portugal. Aguarda-se a aprovação da proposta de Lei de Bases do SEN que parece poder ser aprovada muito em breve, dadas as pressões de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

Informou ainda que a produção de estatísticas é essencialmente apoiada pela ajuda externa concedida pelo PNUD, FNUAP, Cooperação Portuguesa, INE de Portugal e CESD-Lisboa, da qual a Direcção de Estatística beneficiou particularmente em 1997.

Citou, a título de exemplo, o recenseamento empresarial efectuado com financiamento do CESD-Lisboa, a instalação do Ficheiro de Unidades Estatísticas com o apoio do INE de Portugal, o inquérito às empresas para as contas nacionais apoiado pelo PNUD e a criação, na Direcção de Estatística, do núcleo de estatísticas demográficas com o apoio do FNUAP.

Referiu também as fortes limitações da Direcção de Estatística no plano dos recursos humanos, já que dos cerca de 30 técnicos existentes, só 8 são técnicos superiores, sendo os restantes sem formação específica. Para estes, a Direcção beneficiou do apoio da Cooperação Francesa, destinado à criação de um curso de formação à estatística.

As dificuldades são também sentidas na área da formação à informática, encontrando-se em fase de implementação um curso de micro-informática financiado pelo CESD-Lisboa.

Quanto a novas actividades previstas, passou a enunciar as seguintes:

- desenvolvimento de acções no domínio da população, para o que foi submetida, ao Governo, proposta de criação de uma Comissão Nacional da População destinada à preparação dos próximos Censos;
- implementação de um projecto sobre diminuição da pobreza, financiado pelo BAD, que deverá arrancar em Junho, com uma duração de 5 anos, para o qual foi solicitada assistência técnica ao INE de Portugal;

- realização de um “workshop” para discussão de um sistema integrado para a agricultura, pesca e pecuária, com o apoio da FAO;

- criação do Número Único de Pessoa Colectiva, cuja proposta foi já submetida ao Governo, para aprovação;

- disponibilização, até Junho deste ano, da informação demográfica correspondente a Julho de 1992 até 1994.

Finalmente referiu que a Direcção de Estatística tem procurado obter apoios junto do BAD, do Banco Central e da Planificação Económica, para a produção de estatísticas de conjuntura, para as quais não tem capacidade financeira.

O Engº Carlos Corrêa Gago tomou a palavra para declarar que o Plano de Médio Prazo 1998-2002 fora aprovado pelo Conselho Superior de Estatística. Assinalou também que, para além das operações estatísticas correntes, a instituição previa, num horizonte próximo, o desenvolvimento de dois projectos de grande envergadura, consistindo um deles no Recenseamento Geral da Agricultura para 1999, sendo o outro o Recenseamento Geral da População e Habitação para o ano 2001.

Referiu ainda que, no plano institucional, tinha sido criada a Secção Permanente de Cooperação Estatística do Conselho Superior de Estatística, cujas competências seriam, no essencial, as de acompanhar as acções de cooperação desenvolvidas por organismos do Sistema Estatístico Nacional, promover a respectiva avaliação e propôr melhorias da qualidade, eficácia e eficiência dessas acções e possível estabelecimento de um plano integrado de cooperação estatística.

Informou também os presentes sobre o serviço INFOLINE, disponibilizado no início de 1997, graças ao qual é possível consultar, através da Internet, informação estatística publicada ou disponível para publicação, com desagregação máxima ao nível concelhio. O objectivo é, por um lado, o de estabelecer uma rede de comunicação entre os diversos organismos que intervêm na produção de “estatísticas oficiais portuguesas” e, por outro, o de criar um canal de comunicação directo com os utilizadores de informação estatística.

O Dr. Francisco Graça Costa interveio para agradecer o convite que lhe tinha sido formulado, na sua qualidade de Director do CESD-Lisboa, para participar nesta reunião dos DGINE.

Explicou, em linhas gerais, o funcionamento do Centro no domínio da formação de estatísticos africanos, tanto ao nível do ensino universitário, em colaboração com o ISEGI, como da formação profissional.

Reiterou que toda a actividade do CESD-Lisboa era dirigida aos países africanos com os quais mantinha relações, pelo que seria importante assegurar, com cada um dos INE desses países, um diálogo profícuo, nomeadamente no processo de selecção dos candidatos às bolsas COMSTAT da Comissão Europeia, uma vez concluídos os testes de admissão aos cursos universitários de licenciatura e de mestrado do ISEGI.

Referiu ainda a criação recente, no CESD, de um “guichet” de apoio aos alunos bolsheiros do Programa COMSTAT. Outras acções de apoio aos alunos africanos, seriam, por um lado, a elaboração de um livro de orientações gerais para o aluno, em colaboração com o Dr. Ferreira da Cunha, e a criação, nos currículos universitários, de disciplinas específicas sobre estatísticas para o desenvolvimento, em colaboração com o ISEGI.

Quanto aos cursos de formação profissional, referiu que as áreas relativas às técnicas de amostragem e às estatísticas de conjuntura têm sido bastante solicitadas, no quadro do PIR-Lusófono. Assinalou que o CESD-Lisboa estava em condições de assegurar estes cursos de formação nos próprios países, a preços marginais.

Informou ainda que a aplicação de 25% das reservas livres do CESD de 1995 e de 1996, em favor dos INE dos PALOP, tinha decorrido com sucesso, tendo contudo referido que poderá não haver condições para a sua continuação em 1997, em consequência da interrupção dos cursos de Formação de Formadores de Quadros Médios.

Finalmente, apelou aos Directores Gerais de Estatística dos PALOP para que pudessem apoiar o CESD-Lisboa na reflexão sobre os desígnios do Centro para o futuro.

5. Cooperação Estatística no quadro da CPLP - Conferência de Lisboa

a) Informações e ponto de situação sobre os trabalhos preparatórios da Conferência

O Eng^o Carlos Corrêa Gago informou os presentes sobre a iniciativa de realizar, em Lisboa, de 17 a 19 de Junho de 1998, uma Conferência subordinada ao tema “Cooperação Estatística no quadro da CPLP”, tendo indicado que o Secretariado Técnico da mesma é assegurado pelo INE de Portugal.

O Eng^o Aquiles de Oliveira fez o ponto de situação do projecto de realização da Conferência, que, nas suas linhas gerais, se apresenta como segue:

- a proposta submetida pelo INE para a realização da Conferência recebeu orientação favorável do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, bem como do Secretário Executivo da CPLP em 30/09/97, tendo também merecido acolhimento favorável do Comité de Concertação Permanente da CPLP aquando da sua reunião de Novembro de 1997;

- o INE procedeu entretanto à identificação das actividades a desenvolver, bem como à avaliação dos respectivos custos, aguardando-se despacho do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação sobre a proposta de financiamento submetida em 12 de Janeiro último;

- devido às contingências de tempo, o INE iniciou, em Novembro de 1997, os preparativos para a publicação “Estatísticas da CPLP”, procurando reunir informação sobre os fluxos de mercadorias, financeiros e humanos entre os Sete países, bem como dados estatísticos de base de cada um deles;

- tendo em vista o envolvimento das autoridades governamentais dos países, o INE estabeleceu contactos com cada um dos PALOP, no decurso do primeiro trimestre de 1998, aquando das missões de identificação do projecto estatístico português complementar ao segundo Programa Regional da Convenção de Lomé IV;

- relativamente ao Brasil, foram efectuados contactos informais com o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Fevereiro último, por ocasião da sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas. O Presidente do IBGE foi também convidado a participar na IX reunião dos DGINE, não tendo todavia sido possível estar presente;

- foi também criada uma Comissão Organizadora da Conferência, presidida pelo Secretariado Executivo da CPLP, com a participação da Cooperação Portuguesa, do Banco de Portugal, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e do INE;

- a referida Comissão Organizadora sugeriu a repartição do tema da Conferência num conjunto de sub-temas para discussão, que correspondem a objectivos gerais inscritos na Declaração Constitutiva da CPLP e que fazem sentido no âmbito da estatística oficial;

- foi também sugerida pela Comissão a indicação dos países que poderiam ser convidados a designarem autores, interlocutores ou relatores para cada sub-tema em análise, tendo sido acordado que cada país estaria representado por quatro delegados oriundos das seguintes instituições dos Sistemas Estatísticos Nacionais: o Instituto Nacional de Estatística, o Banco Central, e dois Ministérios com actividade relevante na área da estatística, podendo um deles ser o Ministério do Emprego;

- a Comissão acordou também que a Conferência deveria conduzir, em termos de finalidade, à fundamentação para o estabelecimento de um programa de cooperação entre os países membros e que os resultados da mesma seriam apresentados à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que se realizará em Cabo Verde, em Julho de 1998.

A Dra Ivone de Carvalho tomou a palavra para transmitir o grande empenho do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) na realização desta Conferência Estatística, tendo sublinhado que, apesar da organização da mesma incumbir à CPLP com o apoio técnico do INE, a Cooperação Portuguesa se encontrava disponível para contribuir, na medida do possível, para a concretização do evento.

Foi solicitado aos Directores Gerais dos PALOP que fizessem o ponto de situação dos trabalhos entretanto empreendidos em cada país, tendo em vista a preparação das contribuições que foram convidados a dar.

Foi confirmada a repartição, pelos países, das comunicações sugeridas para a Conferência, assim como das restantes intervenções organizadas, tendo ficado acordado que os INE de cada país indicariam brevemente a composição das respectivas delegações à Conferência, bem como o nome dos intervenientes para cada um dos sub-temas.

Foram distribuídos termos de referência para as comunicações a apresentar à Conferência, de modo a tornar as contribuições dos intervenientes mais orientadas para conclusões práticas.

Ficou acordado que as comunicações escritas deveriam ser enviadas à Comissão Organizadora da Conferência, ao cuidado do INE de Portugal, até ao próximo dia 15 de Maio, de modo a que delas possa ser dado conhecimento atempado aos interlocutores convidados que deverão preparar comentários escritos, a enviar até 5 de Junho. Os relatores receberão cópia das comunicações dos autores e dos interlocutores, logo que as mesmas se encontrem disponíveis.

Os participantes foram informados de que as contribuições escritas para a Conferência seriam pagas aos representantes dos PALOP, no montante de 500 USD por cada comunicação convidada e aceite pela Comissão Organizadora, e no montante de 200 USD para os interlocutores convidados e relatores.

b) Reflexão sobre possíveis conclusões da Conferência

Este ponto teve como suporte o documento DGINE/IX/5 (b).

Foi solicitado aos representantes dos PALOP que se pronunciassem sobre as propostas preliminares apresentadas pelo INE neste documento, para a identificação de medidas práticas relativas a cada um dos sub-temas em análise no decurso da Conferência.

As medidas identificadas poderiam servir de orientação a possíveis conclusões da Conferência, tendo em vista nomeadamente tentar definir um quadro programático para a cooperação estatística entre os sete países membros da CPLP.

Foram assim examinados cinco ante-projectos de recomendação que a Conferência Estatística poderia apresentar à Cimeira da CPLP, sobre os assuntos a seguir discriminados:

- o 1º ante-projecto de recomendação, relativo ao sub-tema 1: “Dar expressão aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional”, propõe, nomeadamente, assegurar a presença, nos fora internacionais, de representante de, pelo menos, um dos Estados Membros da CPLP;

- o 2º ante-projecto de recomendação, sobre a harmonização de nomenclaturas, classificações, conceitos e metodologias, assume importância significativa no sentido do reforço da utilização da língua portuguesa;

- o 3º ante-projecto de recomendação, referente ao sub-tema 2: “Definição e concretização de projectos de interesse comum em determinados sectores estatísticos”, consiste no esboço de um programa de acção com vista à produção e desenvolvimento de estatísticas em sectores específicos, num horizonte temporal máximo de quatro anos;

- o 4º ante-projecto de recomendação, relativo ao sub-tema 3: “Valorização dos Recursos Humanos”, pretende dar ênfase ao desenvolvimento dos Recursos Humanos da estatística oficial, através nomeadamente do estudo da viabilidade de criação de uma Escola Estatística em África;

- o 5º ante-projecto de recomendação, que versa sobre o sub-tema 4: “Coordenação das actividades das instituições produtoras de estatísticas oficiais empenhadas no desenvolvimento da cooperação”, pretende assegurar uma solução de continuidade para a Conferência, propondo a criação, entre os países membros, de um Comité do Programa de Cooperação Estatística, para assegurar a coordenação e desenvolvimento dos programas de cooperação que forem estabelecidos entre os Sete.

Os representantes dos PALOP consideraram estas propostas da maior relevância e pertinência, tendo aprovado os cinco projectos de recomendação que figuram na Deliberação nº 2 apensa à presente Acta.

6. PIR-Lusófono: informações e balanço

O Dr. Graça Costa fez o balanço das actividades empreendidas no quadro do I PIR-Lusófono, tendo considerado que o projecto padeceu de um erro na sua concepção inicial, que consistiu em não ter sido atribuída, ao gestor do projecto, a capacidade de intervir em todas as fases do seu desenvolvimento, nomeadamente naquelas que afectam directamente os resultados obtidos.

Referiu-se, mais concretamente, à falta de meios do projecto para assegurar a multiplicação, ao nível nacional, dos cursos de formação de formadores ministrados no CESD-Lisboa.

Quanto a estes últimos, congratulou-se pelo sucesso dos resultados alcançados até à data, que atribui, em parte, ao facto de terem sido os Directores Gerais de Estatística a definir o conteúdo dos respectivos programas de formação. Informou ainda que dos 16 cursos previstos já se realizaram 12, tendo sido formados cerca de 140 técnicos para o total dos cinco países.

Considerou também que os seminários realizados no âmbito do projecto foram bastante positivos, tendo contudo referido algumas deficiências relativas ao aprovisionamento de equipamento para os países.

Quanto aos cursos de formação à micro-informática, a cargo da Unidade de Coordenação do projecto, destinados a Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, referiu que só o primeiro foi realizado, prevendo-se que o segundo e terceiro tenham lugar ainda este ano, e que o 4º curso se realize na Primavera de 1999.

O Dr. Peregrino da Costa considerou que a falta de aprovisionamento dos equipamentos, prejudicou, em grande parte, a participação de S. Tomé e Príncipe no projecto. Quanto à participação da Direcção de Estatística no segundo curso de micro-informática, apontou o último trimestre do ano como data preferencial para a sua realização.

A Dra Maria Ferreira assinalou, como aspectos positivos do projecto, os cursos de formação de formadores, e como aspectos negativos, a falta de concretização do apoio esperado da Comissão Europeia, através do Programa Indicativo Nacional (PIN), à realização dos cursos nacionais de quadros médios.

Referiu ainda que Angola aguardava, desde 1996, que se efectivasse o financiamento do respectivo PIN para a formação nacional, tendo acrescentado que o problema de aprovisionamento dos equipamentos também se colocava em Angola.

O Dr. Dias Loureiro considerou que este era um dos poucos projectos regionais dos PALOP que tinha tido sucesso no quadro da Convenção de Lomé IV, tendo declarado que Moçambique estava interessado em prosseguir este tipo de cooperação.

Assinalou contudo que algumas regras da Comissão Europeia poderiam ser questionadas e até melhoradas, se fosse tida em consideração a posição dos países sobre certas questões. A título de exemplo, citou as melhorias que poderiam ser introduzidas se a aquisição do equipamento fosse descentralizada, i.e., efectuada nos próprios países.

Para melhor ilustrar esta posição, referiu que o equipamento previsto tinha efectivamente chegado a Moçambique mas que se encontrava avariado e que, no país, não havia representação da marca que tinha sido adquirida. Por outro lado, o INE de Moçambique tinha ficado com a dívida do pagamento dos direitos aduaneiros.

O Dr. Serifo Monteiro considerou bastante positiva a formação de formadores, tendo concordado que houvera falhas na multiplicação dos cursos ao nível nacional. Adiantou que a Guiné-Bissau já efectuara dois destes cursos, sendo um deles sobre contas nacionais e o outro sobre Ficheiros de Unidades Estatísticas, estando prevista a realização de um terceiro curso para breve.

Quanto à polémica sobre os equipamentos, confessou desconhecer as regras aplicáveis a este processo, já que, na Guiné-Bissau, o projecto se encontrava sediado em Unidade independente do INEC, o qual jamais beneficiaria desta actividade.

Os países concordaram que os problemas assinalados deveriam ser tidos em conta na preparação do II PIR-PALOP, nomeadamente para evitar desfasamentos entre as acções previstas e para que os prazos de execução do projecto pudessem ser cumpridos.

Neste sentido, decidiram aprovar uma recomendação, para submissão à Direcção-Geral da Comissão Europeia para o Desenvolvimento (DGVIII), que figura na Deliberação nº 4, em anexo à presente Acta.

O Eng^o Aquiles de Oliveira aproveitou para lembrar os participantes da nota que havia sido enviada pelo INE aos Directores Gerais de Estatística dos PALOP, com a informação prestada pela DGVIII da Comissão Europeia, relativa à existência de remanescentes do 6^o e 7^o FED que os países poderiam utilizar para acções que considerassem prioritárias.

Os pedidos deverão ser enviados ao Dr. Luís Godinho, Administrador da Comissão Europeia, o mais brevemente possível, já que a DGVIII pretende esgotar as sobras dos Programas Indicativos Nacionais de 1996 até ao final do ano em curso.

7. Projecto Estatístico do II PIR-PALOP 1998: situação actual e perspectivas

O documento DGINE/IX/7 serviu de suporte a este tema.

O Eng^o Aquiles de Oliveira fez o enquadramento do II PIR-PALOP, informando os participantes das conclusões das missões de identificação da Comissão Europeia que foram efectuadas nos cinco países, no primeiro trimestre deste ano, e cuja parte estatística esteve a cargo da consultora, Dra Carmen Arribas, do INE espanhol.

Informou ainda que aquelas missões foram acompanhadas por uma missão independente mas paralela da Cooperação Portuguesa, com o principal objectivo de identificar actividades complementares ao projecto estatístico regional, a desenvolver no plano nacional. Os dois projectos, português e comunitário, deverão permanecer autónomos, no tocante à respectiva implementação.

Referiu que embora ainda não tivesse sido recebida, no INE de Portugal, a versão oficial do documento elaborado pela Dra Carmen Arribas, a mesma tinha dado conhecimento, por via informal, das grandes linhas de orientação do projecto, que passou a descrever.

A proposta a apresentar pela consultora à Comissão Europeia, conteria assim dois projectos a desenvolver no quadro do II PIR-PALOP: um na área do reforço institucional dos sistemas estatísticos dos PALOP, no montante de um milhão de ECU, e outro na área das estatísticas económicas, de um milhão e meio de ECU, orientado essencialmente para a implementação de um sistema de nomenclaturas internacionais e indicadores económicos no quadro do Novo Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN-93).

Neste sentido, sublinhou que a complementaridade portuguesa se deveria concentrar nas acções prioritárias, com alcance prático, a desenvolver no plano nacional, mais especificamente em tudo o que pudesse servir à implantação das Contas Nacionais e à recolha de dados económicos que sirvam ao enriquecimento das Contas.

Informou ainda que, a breve trecho, o Instituto da Cooperação Portuguesa e a Comissão Europeia deveriam reunir-se para avaliar a complementaridade entre os dois projectos. Seriam também promovidas, neste âmbito, reuniões anuais de concertação entre as duas instituições. O próprio PIR-PALOP deveria dispôr de um Comité Director que poderia analisar, em simultâneo, os dois projectos.

O Eng^o Aquiles de Oliveira salientou também o papel que caberá ao Ordenador Nacional do FED em Angola, como Ordenador Regional do PIR, na aprovação do projecto estatístico do II PIR-PALOP, já que a Comissão Europeia lhe deverá submeter a proposta, antes da sua adopção pelo Comité do FED.

Os participantes consideraram que a verba atribuída ao projecto estatístico era insuficiente para permitir enquadrar as necessidades prioritárias, na área da estatística, expressas pelos Cinco no decurso das missões de identificação da Comissão Europeia.

Referiram também que, embora não dispusessem de informações completas que permitissem uma apreciação mais fundamentada sobre o projecto da consultora, parecia haver uma concentração excessiva na parte relativa a seminários em detrimento dos trabalhos de campo para a recolha de informação, que deveriam ser privilegiados.

O Eng^o Aquiles de Oliveira clarificou que o apoio complementar português serviria precisamente para suprir necessidades, no plano nacional, nomeadamente relativas aos aspectos relacionados com os trabalhos de campo que eram difíceis de contemplar no plano regional.

Acrescentou que o apoio português a conceder no plano nacional, seria graduado em função, por um lado, das actividades do próprio projecto regional e, por outro, das necessidades dos próprios países e do apoio que estes poderiam disponibilizar, para a estatística, no quadro dos respectivos Programas Indicativos Nacionais. O importante era utilizar todos os recursos disponíveis para atingir, em todos os países, níveis equivalentes.

A Dra Paula Barros adiantou que o montante a atribuir pelo Instituto da Cooperação Portuguesa para a complementaridade prevista, se encontrava dependente de um parecer técnico do INE de Portugal quanto às actividades que poderiam vir a ser desenvolvidas.

Dada a importância deste projecto para o desenvolvimento dos sistemas estatísticos dos países, os participantes concordaram em que os INE dos PALOP deveriam ser consultados sobre a proposta de projecto, antes do parecer do Ordenador Regional ser enviado à Comissão Europeia.

O INE de Angola comprometeu-se a efectuar diligências nesse sentido, junto do respectivo Ministro de Tutela, que é simultaneamente o Ordenador Nacional do FED.

Os participantes concordaram também em aprovar uma recomendação sobre a problemática do II PIR-PALOP, para submissão à DGVIII da Comissão Europeia, que figura na Deliberação nº 1, em anexo à presente Acta.

8. Formação Universitária de Estaticistas Africanos - Programa COMSTAT

Foi feita uma apresentação sucinta sobre a situação actual do Programa COMSTAT e feito o balanço da vertente lusófona do projecto.

O Dr. Graça Costa passou a enumerar as medidas que já foram tomadas no seguimento das críticas feitas aquando da avaliação a meio percurso do Programa:

- promoção de uma melhor articulação e coordenação entre as três entidades envolvidas na gestão do Programa e que são o ICP, a ADISEGI e o CESD-Lisboa;
- criação, nos currículos académicos, de disciplinas específicas sobre aspectos relacionados com a problemática do desenvolvimento e que se tornarão obrigatórias para os alunos bolseiros do COMSTAT;
- organização de cursos de curta duração sobre desenvolvimento, sendo o primeiro, a promover em Maio próximo sob a orientação do Dr. Ferreira da Cunha, subordinado ao tema “Engenharia dos Sistemas Estatísticos Nacionais nos PALOP”;
- melhor programação dos estágios, através de um processo de pré-levantamento quanto ao local de preferência de realização dos mesmos, definido pelos próprios estagiários;
- incremento do apoio de natureza pedagógica e acompanhamento dos alunos;
- selecção dos candidatos a bolseiros do Programa COMSTAT, de acordo com os critérios definidos pelos INE dos PALOP.

O Dr. Florentino da Guiné-Bissau, que se encontra a terminar o estágio do curso de Mestrado, indicou que houve problemas na promoção de 1995 devido à chegada tardia dos alunos, já que alguns só iniciaram o curso em Janeiro. Referiu também que a prorrogação da duração dos cursos se devia, muitas vezes, à dificuldade em encontrar locais de estágio da preferência dos alunos.

O Dr. Peregrino da Costa considerou que o maior problema que se colocava na gestão da vertente lusófona do Programa era a heterogeneidade dos alunos, aliada ao facto de muitos deles não serem oriundos dos INE.

Considerou também que o facto dos currículos, desde há vários anos, não terem conseguido transmitir aos alunos uma visão da estatística nos países em desenvolvimento, era revelador do quanto seria desejável estudar a possibilidade de criação, na África Lusófona, de uma Escola Estatística Africana.

9. Projectos Comuns da Cooperação Portuguesa

Este ponto teve como suporte os documentos DGINE/IX/9(a), DGINE/IX/9(b), DGINE/IX/9(c) e DGINE/IX/9(e).

a) Estatísticas da Indústria e Construção

O Eng^o Corrêa Gago fez uma introdução geral ao projecto, tendo apresentado os coordenadores do mesmo, drs. João Morais e Humberto Pereira, do Departamento de Estatísticas das Empresas do INE de Portugal.

Estes deram informações sobre o andamento do projecto, sublinhando a reformulação sofrida pelo mesmo, nomeadamente quanto à possibilidade de ser elaborado um estudo prévio com vista à realização de uma aplicação informática que sirva de suporte ao projecto e que permita a realização de um controlo de respostas, registo de informação, análise de resultados e apuramento da informação.

A aplicação informática seria instalada e testada primeiramente em Angola, no âmbito de um projecto piloto a realizar neste país para implementar um Inquérito Anual à Estrutura e Actividade Industrial, cujos produtos e ensinamentos seriam generalizados aos outros PALOP.

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe confirmaram o interesse em se manterem neste projecto. Cabo-Verde, que não participa, mostrou-se interessado em aderir ao mesmo, pelo que, na impossibilidade de serem reformulados os financiamentos do projecto comum, será tentada a via da cooperação bilateral.

Ficou acordado que o estudo prévio para a aplicação informática poderia ser iniciado desde já, devendo ser apresentado um protótipo da aplicação aos países interessados, no decurso da 3^a reunião do Grupo de Trabalho do projecto, que terá lugar em Lisboa, no final de Julho de 1998.

A missão para a instalação e teste da aplicação no país-piloto poderia decorrer, em princípio, em Setembro de 1998, em data a confirmar por ambas as partes.

b) Ficheiros de Unidades Estatísticas (Empresas e Estabelecimentos)

Participaram na discussão deste ponto os técnicos do INE de Portugal, Dr. Roseta dos Reis, como coordenador do projecto, e Dra Rute Brandão, responsável pelo desenvolvimento, no quadro do projecto, da aplicação informática de gestão dos Ficheiros de Unidades Estatísticas (FUE).

Foram dadas algumas informações sobre as acções realizadas no âmbito do projecto, tendo sido assinalada a forma positiva como decorreram as missões de instalação e teste da aplicação informática, em Cabo Verde, Angola e S. Tomé e Príncipe. A missão a Bissau deverá ter lugar entre finais de Abril e inícios de Maio.

O Dr. Dias Loureiro transmitiu que, para o INE de Moçambique, seria mais conveniente continuar fora do projecto.

O Dr. Roseta dos Reis solicitou aos países que assinalassem, o mais rapidamente possível, as eventuais modificações que desejariam ver introduzidas na aplicação informática, para que pudessem ser tidas em consideração aquando das missões de avaliação.

Adiantou que o INE de Angola já tinha solicitado algumas modificações ao produto e que a nova versão seria disponibilizada o quanto antes.

Ficou acordado que a 3ª reunião do Grupo de Trabalho do projecto teria lugar em Cabo Verde, tentativamente na primeira semana de Junho de 1998.

c) Classificações, Conceitos e Nomenclaturas

O coordenador do projecto pela parte do INE de Portugal, Dr. Saraiva Aguiar, descreveu os objectivos do mesmo e as acções realizadas até à data, tendo salientado que dois países dispunham já da Classificação de Actividades Económicas (CAE), Angola e Cabo Verde, restando apenas, para ambos, o enquadramento legal da CAE.

Quanto a S. Tomé e Príncipe, referiu que os trabalhos da CAE se encontravam bastante avançados, faltando apenas resolver algumas questões ao nível da estrutura e notas explicativas, pelo que a Classificação deveria estar concluída em Maio ou Junho deste ano.

Relativamente à Guiné-Bissau, referiu que foi efectuada, ainda no ano corrente, uma missão para resolver alguns problemas pontuais, nomeadamente ao nível da definição de conceitos, que deveriam ficar ultrapassados até ao final do mês de Abril.

No que se refere a Moçambique, apontou algumas dificuldades de enquadramento da respectiva CAE no modelo dos outros países, que tinham originado algum atraso nos trabalhos com este país.

Quanto à Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS) informou que os trabalhos estavam bastante avançados com Angola e que Cabo Verde já tinha efectuado um estágio e realizado algum trabalho neste domínio. A Guiné-Bissau encontrava-se no início do respectivo estágio sobre a CNBS.

Quanto aos outros dois países, sublinhou que só depois de estarem concluídos os trabalhos de concepção da CAE é que deveriam ser realizados os estágios destinados à CNBS.

Relativamente ao Seminário sobre Classificações, Conceitos e Nomenclaturas, a ser efectuado em Luanda, com financiamento do Programa COMSTAT, referiu que seria útil que o mesmo só tivesse lugar depois de concluídas as CAE de todos os países.

Os participantes acordaram que o Seminário, inicialmente previsto para Junho de 1998, deveria ser adiado para o último quarto do ano em curso, de forma a que pelo menos quatro países tivessem as respectivas CAE concluídas. Quanto à data de realização, apontou-se tentativamente para o mês de Setembro, na segunda ou terceira semanas, a indicar pelo INE de Angola.

Ficou também acordado que o INE de Angola deveria informar o CESD-Comunitário e o Eurostat sobre as novas datas do Seminário, apontando as razões deste adiamento.

O Dr. Dias Loureiro confirmou o interesse do INE de Moçambique neste projecto ao qual atribui grande prioridade, tendo afirmado que as condições actuais se afiguram mais propícias ao desenvolvimento do mesmo, pelo lado moçambicano.

Ficou decidido que o programa de trabalho do projecto com cada um dos países, para 1998, será definido a partir de contactos bilaterais.

d) Novo Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN-93)

O Eng^o Aquiles de Oliveira fez uma apresentação geral do projecto que repartiu em três etapas:

- a 1^a etapa consistira na apresentação do SCN-93, num Seminário para os PALOP, que tivera lugar na Guiné-Bissau, em 1994, em colaboração com o PNUD, no qual fora também apresentada a tradução portuguesa do Manual do SCN-93;

- a 2^a etapa, e fase actual do projecto, consistiu na preparação de um projecto piloto para a implantação do Sistema em Moçambique, com o apoio do Trust-Fund português junto do PNUD, que deverá culminar na elaboração de um manual sobre a experiência adquirida no país piloto, de forma a generalizá-la aos outros PALOP;

- a 3^a etapa seria constituída pela generalização do projecto aos outros países, prevendo-se que possa ser financiada no quadro do II PIR-PALOP.

Referiu ainda que o INE de Portugal se tinha candidatado para prestar assistência técnica ao INE de Moçambique, no quadro do projecto, tendo o PNUD seleccionado a candidatura de dois técnicos do INE português: Dr. Pedro Dias e Dra Teresa Ferreira, e de um técnico do INE de Angola: Dr. Flávio Couto.

Estes deverão colaborar com o chefe da equipa, Sr. Van Tongeren, da Divisão de Estatística das Nações Unidas, e com os outros técnicos seleccionados, na implementação do projecto.

A Dra Teresa Ferreira, que também participou na discussão deste ponto, referiu que havia alguma confusão, da parte do PNUD e do INE de Moçambique, quanto às orientações do projecto, pelo que propunha que pudesse haver uma coordenação eficaz entre a equipa de consultores e o Sr. Van Tongeren, aproveitando parte das missões que estavam previstas.

O Dr. Dias Loureiro comprometeu-se a tentar estabelecer os ajustamentos necessários com o Sr. Van Tongeren para que os objectivos do projecto pudessem ser alcançados.

Afirmou que cabia ao país “pivot” assumir as responsabilidades do projecto, pelo que acolheu a sugestão da Dra Teresa Ferreira no sentido de reunir, em Maputo, todos os consultores, na missão prevista para o período de 15 a 27 de Junho de 1998.

e) Apreciação Global e Perspectivas para o Futuro (1998-2000)

Os representantes dos PALOP concordaram em que a participação em projectos comuns trazia benefícios e vantagens para cada um dos países participantes nestes projectos, pelo que se declararam interessados em prosseguirem nesta via de cooperação em novas áreas consideradas de maior prioridade para os INE dos PALOP.

Quanto a novas áreas possíveis, foram apresentadas três propostas pelo INE de Portugal, que mereceram o acolhimento dos participantes.

A primeira proposta, relativa a troca de experiências no domínio dos Recenseamentos da População e da Habitação, foi apresentada pelo Dr. Fernando Casimiro, Director do Gabinete dos Censos 2001, que descreveu, sinteticamente, os instrumentos necessários à elaboração dos Censos.

Os participantes mostraram-se interessados em iniciar este projecto pela realização de um encontro, a ter lugar ainda no ano em curso se houver disponibilidade de financiamento.

Ficou acordado criar um grupo de discussão, na Internet, sobre esta problemática, pelo que cada país deverá nomear duas pessoas de contacto.

A segunda proposta, sobre desenvolvimento dos Índices de Preços no Consumidor (IPC), foi apresentada pelo Dr. Daniel Santos, Director do Departamento de Estatísticas Sócio-Económicas, e pelo Dr. Victor Garcia, Chefe do Serviço de Estatísticas das Famílias do mesmo Departamento.

Foi referido que a génese da ideia de um projecto comum sobre IPC assenta no trabalho que já está a ser desenvolvido nesta área para a Guiné-Bissau, no quadro harmonizado da UEMOA, nomeadamente a elaboração de um programa informático para o cálculo dos índices de preços que poderá vir a ser utilizado e instalado em qualquer outro país.

O programa possui flexibilidade de cálculo quer ao nível regional, nacional ou mesmo em zonas específicas, como por exemplo, a capital. Utiliza uma nomenclatura, a COICOP, que permite a comparabilidade internacional e dispõe de um conjunto de módulos que permite a consistência da informação para o cálculo.

Foi ainda referido que nos próximos dois meses poderá dar-se um conhecimento mais pormenorizado desta aplicação e das suas potencialidades.

Os representantes dos PALOP mostraram-se interessados em beneficiar desta aplicação informática e do desenvolvimento dos respectivos Índices de Preços, tendo ficado acordado que para Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe, se tentará desenvolver o projecto pela via bilateral.

Para Angola e Moçambique, será tentado o desenvolvimento deste projecto através das regiões geográficas de inserção como a SADC, no âmbito da qual beneficiarão de um projecto sobre IPC com financiamento da Comissão Europeia.

A terceira proposta sugerida pelo INE, foi apresentada na base de um documento preparado pelo Dr. Ferreira da Cunha, intitulado “Planeamento de Médio Prazo da Actividade Estatística Nacional”.

O projecto poderia ser desenvolvido através das seguintes etapas: (i) realização de um estágio no INE de Portugal, sobre o plano de médio prazo, com a duração de um mês; (ii) missão de 3 semanas aos INE dos PALOP, para definir as linhas gerais da actividade estatística nacional; (iii) uma segunda missão de consultoria a cada país, após aprovação das Linhas Gerais e das respectivas actividades de médio prazo.

O projecto poderia ser complementado através do desenvolvimento de uma aplicação informática para acompanhar o processo de planeamento.

Os participantes mostraram-se interessados na possibilidade de ser estabelecido, em todos os INE dos PALOP, um método de planeamento concertado da actividade estatística nacional, com as necessárias adaptações a cada caso, mas com um desenvolvimento comum.

Ficou acordado que os países que já beneficiam de uma cooperação neste domínio, continuarão a trabalhar neste projecto numa base comum, como é o caso de Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Os países que ainda não possuem um plano de médio prazo, como é o caso de Angola e Guiné-Bissau, poderão beneficiar do projecto numa base bilateral.

Sob proposta do Dr. Dias Loureiro, ficou também acordado estudar a possibilidade de ser desenvolvido um projecto comum na área da descentralização regional dos serviços de estatística, cujos termos de referência deverão ser elaborados conjuntamente pelos INE de Moçambique e de Portugal, que os deverão submeter aos países, para aprovação por troca de correspondência.

Os participantes decidiram aprovar uma recomendação sobre projectos comuns que figura na Deliberação nº 3, apensa à presente Acta.

10. Balanço da Cooperação Bilateral e Perspectivas

Os documentos DGINE/IX/10, nas suas diversas alíneas, constituem o suporte deste tema.

A Dra. Maria Ferreira realçou que a introdução da gestão das acções de cooperação numa óptica de projecto tem produzido resultados mais eficazes.

Devido ao recente Acordo Cambial Portugal - Cabo Verde, o Eng. Aquiles de Oliveira alertou para a oportunidade de desenvolvimento de uma reflexão sobre eventuais necessidades de Cabo Verde para o aperfeiçoamento das estatísticas macro-económicas (Contas Nacionais, IPC, Deficit e Dívida Públicos, etc.).

O Dr. Serifo Monteiro manifestou o seu desacordo com o documento DGINE IX/10c) de Balanço da Cooperação Bilateral Luso-Guineense na medida em que o Governo tem manifestado todo o interesse no desenvolvimento da estatística e por haver perspectivas de alterações a curto prazo, com aumento de recursos disponíveis.

Sendo compreendida a necessidade de resposta a necessidades urgentes que poderão ter justificado a situação actual, foi realçada a opinião generalizada de que é fundamental para o desenvolvimento da Estatística Guineense a garantia de autonomia técnica, administrativa e financeira, de acordo com as diversas recomendações internacionais e garantida a disponibilidade de recursos mínimos necessários ao normal funcionamento do INEC.

O Dr. João Dias Loureiro salientou que o primeiro ponto forte mencionado no documento DGINE IX/10 e) de Balanço da Cooperação Bilateral Luso-Moçambicana, seria mais exacto com a referência ao reconhecimento oficial do sucesso e da elevada satisfação do seu país com a publicitação dos dados do recenseamento.

Referiu ainda que poderia ser registada a inclusão de um novo ponto forte :
-“A actualidade das Linhas Gerais da Actividade Estatística, documento produzido no âmbito da Cooperação Bilateral Luso-Moçambicana, como documento de referência ao desenvolvimento da actividade estatística de Moçambique.”

O Dr. Peregrino da Costa alertou que, no ponto 1: “Síntese de Acções Realizadas em 1997 e início de 1998” do documento DGINE IX/10f) de Balanço da Cooperação Bilateral Luso-Santomense, a organização da visita de trabalho do Director da Direcção de Estatística ao INE ocorreu em 1996 e que foi realizado em 1997 um estágio no domínio do Ficheiro de Unidades Estatísticas.

Foi ainda mencionada, relativamente ao segundo ponto fraco do referido documento de suporte, “a necessidade de melhorar o planeamento dos estágios no sentido de evitar a repetição de acções e/ou a concentração nos mesmos técnicos de acções de conteúdo similar”.

g) Síntese e Perspectivas a Médio Prazo

Todos os representantes dos Órgãos Centrais de Estatística dos PALOP manifestaram satisfação com os resultados alcançados no âmbito da Cooperação Bilateral com o INE de Portugal e o seu desejo de continuidade e incremento das acções a este nível.

Foram ainda referidas as seguintes perspectivas para desenvolvimento: .

- a troca de informação sobre a evolução dos projectos no período intercalar à realização das reuniões das Comissões Coordenadoras da Gestão dos Acordos de Cooperação no domínio da Estatística;

- a procura de formas de cooperação bilateral por projectos e não em acções desgarradas, a realizar só em casos excepcionais e iniciando os projectos com a realização de Missões de Identificação e concluindo-os com Missões de Avaliação.

11. EXPO-98: Dia da Cooperação Estatística

O Engº Aquiles de Oliveira informou os participantes sobre a iniciativa de promover o Dia da Cooperação Estatística em 19 de Junho próximo, por ocasião da EXPO-98.

O Engº Pinto Martins deu explicações complementares sobre o evento, informando que o mesmo terá lugar na Nave do Pavilhão do Território, na qual será exposto material alusivo à cooperação estatística com os PALOP, desde publicações à projecção de vídeos, “slide show”, cartazes, etc.

Foi solicitado aos INE dos PALOP que disponibilizassem material para a promoção, nesse Dia, da imagem estatística dos respectivos países, tendo a iniciativa sido favoravelmente acolhida pelos Cinco.

12. Diversos

Foi recomendado que, por ocasião da realização das reuniões dos DGINE, fosse reservado um período para encontros entre os próprios Países Africanos de Língua Portuguesa, sempre que possível antes do início daquelas reuniões, que poderia ser considerado como um período de reflexão da Cooperação Sul-Sul.

O Engº Carlos Dias fez uma apresentação da presença do INE de Portugal na Internet, da Intranet e, em particular, do sistema INFOLINE. A generalidade dos participantes realçou o interesse deste produto e manifestou o potencial interesse na criação de soluções africanas.

13. Aprovação das Deliberações

Após análise e realização dos últimos ajustamentos aos textos previstos no decorrer dos trabalhos foram aprovadas, por unanimidade, as deliberações em anexo.

14. Encerramento

O Eng^o Carlos Corrêa Gago exprimiu a satisfação do INE de Portugal pela forma como decorreram os trabalhos, tendo agradecido a todos os presentes os resultados obtidos e dado por encerrada a IX Reunião dos Directores-Gerais de Estatística dos PALOP, de Portugal e de Macau.